



Município de Guariba

Estado - São Paulo

LEI COMPLEMENTAR Nº 3756, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2024.

Publicado no Diário Oficial Eletrônico Municipal de 19/11/2024 - Edição nº 1458

Celso Antonio Romano, Prefeito do Município de Guariba, Estado de São Paulo;

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 5º DA LEI Nº 3.745, DE 17 DE SETEMBRO DE 2024, QUE CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

Faz saber que a Câmara Municipal de Guariba, em sessão extraordinária realizada no dia 14 de novembro de 2024, aprovou, e ele, no uso da atribuição que lhe confere o art. 73, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, de 05/04/1990, sanciona e promulga a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

BÁSICO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA - FMSAI, PARA EFEITO DE INSTITUIR O CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º O art. 5º da **Lei nº 3.745, de 17/09/2024**, que cria o Fundo Municipal de Saneamento Básico Ambiental e Infraestrutura - FMSAI, vinculado ao órgão próprio de gestão administrativa, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para efeito de instituir o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Básico Ambiental e Infraestrutura, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Fica criado o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, de caráter deliberativo, fiscalizador e consultivo, com a seguinte competência:

I - aprovar anualmente o plano de aplicação de recursos do Fundo, com observância das diretrizes e prioridades estabelecidas nesta lei, e de acordo com o previsto no Plano Municipal de Saneamento revisto e atualizado pela **Lei Complementar municipal nº 3.640, de 05/09/2023**;

II - aprovar as contas anuais do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Infraestrutura;

III - estabelecer normas, procedimentos e condições operacionais do Fundo;

IV - aprovar o seu Regimento Interno;

V - dirimir eventuais dúvidas quanto à aplicação das diretrizes e normas relativas ao Fundo, nas matérias de sua competência;

VI - dar total transparência a suas manifestações e deliberações, em meios eletrônicos de acesso público.

§ 1º O Conselho Gestor será composto pelos seguintes membros:

I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

II - 1 (um) representante do Departamento Municipal de Finanças e Orçamento;

III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

IV - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços Públicos;

V - 1 (um) representante da SABESP, concessionária prestadora dos serviços de saneamento básico.

§ 2º O representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente será o Presidente do Conselho Gestor, cabendo a Vice-Presidência ao representante do Departamento Municipal de Finanças e Orçamento.

§ 3º Os representantes serão nomeados na própria Ata de Instalação do Conselho Gestor.

§ 4º Os membros do Conselho Gestor previstos no § 1º deste artigo, deverão indicar um conselheiro suplente, que comparecerá às reuniões do Conselho Gestor nas ausências do titular.

§ 5º A organização, funcionamento e competência do Conselho Gestor do FMSAI deverão constar de seu Regimento Interno, instituído e aprovado por meio de Decreto do Chefe do Executivo.

§ 6º As decisões do Conselho Gestor serão tomadas com aprovação da maioria simples dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for o caso.

§ 7º A participação no Conselho Gestor não será remunerada, sendo, porém, considerada de relevante interesse público.

§ 8º O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada seis meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente.”

Art. 2º Caberá ao Município adotar a regulamentação fixada pela ARSESP através da Deliberação ARSESP nº 1.545, de 16/08/2024, como critérios e condições para o reconhecimento tarifário do repasse da parcela da receita direta do prestador, ou a SABESP, regulado pela Agência Reguladora, ao Fundo Municipal de Saneamento Básico Ambiental e Infraestrutura - FMSAI.

Art. 3º O FMSAI terá contabilidade própria e deverá manter registro de todos os atos administrativos a ele pertinentes, promovendo total transparência e liberando ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade em meios eletrônicos de acesso público, informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Fundo, bem como das ações financiadas pelo mesmo.

Art. 4º O órgão próprio de gestão administrativa do Fundo Municipal de Saneamento Básico Ambiental e Infraestrutura - FMSAI, atualmente denominado como Secretaria Municipal de Meio Ambiente, criado pela **Lei Complementar nº 2.026, de 14/12/2005**, alterada pelo art. 6º, inciso IX, da **Lei Complementar nº 2.679, de 28/03/2013**, observadas as modificações posteriores, passa a ser denominado como Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento, com a denominação alterada na forma deste artigo, deverá manter a mesma constituição prevista no art. 11, da **Lei Complementar nº 3.494, de 08/03/2022**, por já abranger, na sua respectiva competência originária atividades relacionadas ao saneamento básico.

Art. 5º Para atender às despesas decorrentes da execução desta Lei fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais e suplementá-los, se necessário, até o limite das receitas do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Infraestrutura, observadas as disposições pertinentes dos arts. 42 e 43, da **Lei federal nº 4.320, de 17/06/1964**.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guariba (SP), 18 de novembro de 2024.

CELSO ANTÔNIO ROMANO

Prefeito Municipal

*Registrada em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, afixada no local de costume, no quadro de avisos da sede da Prefeitura, na mesma data, e mandado publicar na Imprensa Oficial do Município, criada pela **Lei municipal nº 3.119/2018**, com circulação diária, na forma eletrônica, nos termos do artigo 90 e § 2º, da Lei Orgânica do Município.*

ROSEMEIRE GUMIERI

Diretora do Departamento de Gestão Pública